a) Incentivar as práticas populares relacionadas ao uso de plantas medicinais, articulando-as ao conhecimento científico e tecnológico;

b) disseminar o conhecimento técnico-científico sobre plantas medicinais e fitoterápicos;

c) incentivar parcerias entre instituições governamentais e não governamentais com as diferentes comunidades visando o uso correto e sustentável de plantas medicinais;

d) incentivar a fitoterapia na rede de serviços do SUS;

e) promover a inserção das plantas medicinais e fitoterápicos de interesse do Estado do Pará na Relação Nacional de Plantas Medicinais e na Relação Nacional de Fitoterápicos.

4.6 – Apoiar a implementação de instrumentos legais relacionados ao monitoramento da proteção dos conhecimentos associados ao uso de plantas medicinais e fitoterápicos.

a) apoiar as iniciativas setoriais relacionadas à disseminação e ao uso sustentável de plantas medicinais e fitoterápicos;

b) fortalecer os mecanismos governamentais de proteção da propriedade intelectual na área de plantas medicinais e fitoterápicos;

c) integrar as iniciativas governamentais e não governamentais relacionadas à proteção dos conhecimentos associados ao uso de plantas medicinais e fitoterápicos;

d) promover ações de salvaguarda do patrimônio imaterial relacionado às plantas medicinais, por meio da transmissão do conhecimento tradicional entre gerações.

4.7 – Estabelecer mecanismos de incentivo fiscal e financeiro para a cadeia produtiva de plantas medicinais e fitoterápicos.

a) estabelecer política específica de incentivos fiscais e financeiros para a área de plantas medicinais e fitoterápicos;

b) alocar recursos orçamentários e financeiros destinados a cadeia produtiva plantas medicinais e fitoterápicos;

c) estimular a criação de linhas de financiamento para produção de derivados de drogas vegetais e fitoterápicos;

d) priorizar demandas e projetos relacionados às plantas medicinais e fitoterápicos.

4.8 – Promover a interação entre setor público, iniciativa privada e organizações da sociedade civil na área de plantas medicinais e fitoterápicos.

a) estimular a formação de rede de plantas medicinais e fitoterápicos no Estado do Pará;

b) promover a divulgação das ações desenvolvidas pelo setor plantas medicinais e fitoterápicos;

c) apoiar a participação dos diversos segmentos da sociedade civil nos fóruns do setor;

d) apoiar as iniciativas comunitárias para organização e reconhecimento dos conhecimentos tradicionais com plantas medicinais e fitoterápicos;

e) promover ações intersetoriais para o desenvolvimento socioeconômico na área de plantas medicinais e fitoterápicos.

5 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A explicitação das diretrizes da Política Estadual de Plantas Medicinais e Fitotápicos – PEPMF evidencia a necessidade de um processo contínuo de monitoramento e avaliação da sua implementação por meio da/o:

5.1 – Implantação do Comitê Estadual de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, grupo técnico intersetorial formado por representantes do governo e demais setores da sociedade civil envolvidos com o tema, com o objetivo de acompanhar e avaliar a implantação da política. Esse comitê deverá inicialmente utilizar instrumentos de monitoramento e avaliação adequados à mensuração de resultados para as diversas vertentes desta política, além de incentivar parcerias técnicas dos setores do governo envolvidos com sua implantação;

5.2 – Elaboração de instrumentos reguladores das atividades do comitê;

5.3 – Monitoramento, acompanhamento e avaliação;

5.4 – Emissão de relatórios periódicos.

DECRETO DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010

A GOVERNADORA DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art.135, inciso V, da Constituição Estadual, e

Considerando a ordem de classificação dos candidatos aprovados no Concurso C-143 da Defensoria Pública do Estado do Pará, cujo resultado foi homologado e publicado no Diário Oficial do Estado do dia 24 de julho de 2009;

Considerando os termos do Ofício nº. 637.10 DP-G, de 16 de novembro de 2010, da Defensoria Pública do Estado do Pará, conforme Processo nº. 2010/264546,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, com base nos termos do art. 34, § 1º, da Constituição Estadual, e do art. 6º, inciso I, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994, os candidatos a seguir relacionados

para exercerem, em virtude de aprovação em concurso público, o cargo a seguir discriminado, com lotação na Defensoria Pública do Estado do Pará.

CARGO: DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª ENTRÂNCIA

CLAYTON RODRIGUES DE MOURA SILVA

JOSE ERICKSON FERREIRA RODRIGUES

HELIO PAULO SANTOS FURTADO

RENATO COELHO BORELLI

IVO TIAGO BARBOSA CAMARA

CORINA PISSATO

JAQUELINE KURITA

RAIMUNDO BESSA JUNIOR

IARLY JOSE HOLANDA DE SOUZA

BRUNO BARREIRA OLIVEIRA GONDIM

LUCIANA SOUZA DOS ANJOS

ANA CAROLINA LOBO GLUCK PAUL

PAULO JULIANELLI FERNANDES M FURTADO

RACHEL ROCHA MESQUITA

CAIO FAVERO FERREIRA

MATUZALEM CARNEIRO BERNARDO

FERNANDO EURICO LOPES ARRUDA FILHO

LARISSA DE ALMEIDA BELTRÃO ROSAS

JOAQUIM AZEVEDO LIMA FILHO

LUIS CARLOS LIMA DA CRUZ FILHO

GHEISA ANDRADE DE BRITO

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 25 DE NOVEMBRO DE 2010.

ANA JÚLIA DE VASCONCELOS CAREPA

Governadora do Estado

DECRETO DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010

A GOVERNADORA DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso V, da Constituição Estadual, e

Considerando a ordem de classificação dos candidatos aprovados no Concurso Público C-139 da Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, cujo resultado foi homologado e publicado no Diário Oficial do Estado do dia 17 de janeiro de 2009;

Considerando o teor do Ofício nº. 7325/CGP/SEMA, datado de 12 de agosto de 2010, conforme Processo nº. 2010/160602;

R E S O L V E:

Art.1º - Nomear, de acordo com o art. 34, § 1º, da Constituição Estadual, combinado com o art. 6º, inciso I, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994, a candidata relacionada neste Decreto para exercer, em virtude de aprovação em concurso público, o cargo a seguir discriminado, com lotação na Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA.

REGIÃO METROPOLITANA

CARGO: TÉCNICO EM GESTÃO DE MEIO AMBIENTE – METEOROLOGIA

NILZELE DE VILHENA GOMES

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 25 DE NOVEMBRO DE 2010.

ANA JÚLIA DE VASCONCELOS CAREPA

Governadora do Estado

DECRETO DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010

A GOVERNADORA DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso V, da Constituição Estadual, combinado com o disposto no art. 5º da Lei nº. 6.569, de 6 de agosto de 2003, alterada pela Lei nº. 6.678, de 5 de agosto de 2004, e

Considerando os termos do Ofício nº. 171/2010 – GAB / EGPA, R E S O L V E:

Art. 1º Nomear, de acordo com o art. 6º, inciso II, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994, SÉRGIO ROBERTO SANTARÉM MENEZES para exercer o cargo em comissão de Diretor de Área, código GEP-DAS-011.5, com lotação na Escola de Governo do Estado do Pará, a contar de 17 de novembro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 25 DE NOVEMBRO DE 2010.

ANA JÚLIA DE VASCONCELOS CAREPA

Governadora do Estado

DECRETO DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010

A GOVERNADORA DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos III, X e XX, da Constituição Estadual, combinado aos arts. 127, 129, inciso II, 131 e 133 da Lei Estadual nº. 6.833, de 13 de fevereiro de 2006, e Considerando os termos do Ofício nº. 042-Gab.Cmt. Geral, de 9 de janeiro de 2010, que tratam das informações contidas no Processo nº. 258.371/2010-PG/GG, vinculado ao Processo nº. 33.678/2010-PG/GG, contra o 1º TEN QOBM RG 2568444 ALLE HEDEN TRINDADE DE SOUZA, a saber: que, conforme Ata da Comissão de Promoção de Oficiais (CPO) do Corpo de Bombeiros Militar do Pará – CBMPA, de 19 de setembro de 2003, dita

Comissão outorgou conceito profissional Insuficiente ao mesmo, quando ainda Aspirante à Oficial, para efeito da sua inclusão nos Quadros de Acesso às promoções efetuadas no dia 25 de setembro de 2005, por ter incorrido nas hipóteses do art. 24, alínea “b”, combinado com o art. 9º, alínea “b”, disposições da Lei Estadual nº. 5.249, de 24 de julho de 1985 (Lei de Promoção de Oficiais PM/BM) e do art. 33, alínea “b”, § 1º do seu regulamento (Decreto nº. 4.244, de 28 de janeiro de 1986);

Considerando que o fato gerador de dita exclusão dos Quadros de Acesso foi o conceito Insuficiente decorrente do julgamento da CPO CBMPA, impedindo seu acesso normal na hierarquia da carreira militar. E, isso, impôs-lhe a exclusão em caráter provisório dos Quadros de Acesso às Promoções ordinárias do CBMPA, naquele momento; situação, todavia, que tem de chegar a um desiderato;

Considerando que a própria Lei nº. 5.249/85, no § 1º do art. 24, determina a abertura de Conselho de Justificação “*ex officio*” na hipótese da alínea “b” do seu *caput*;

Considerando os termos do Parecer nº. 450/2010 da Consultoria Geral do Estado,

D E C R E T A:

Art. 1º São nomeados, nos termos dos arts. 129 e 131 da Lei Estadual nº. 6.833, de 13 de fevereiro de 2006, para compor Conselho de Justificação destinado a apurar as faltas funcionais do 1º TEN QOBM RG 2768444 ALLE HEDEN TRINDADE DE SOUZA, os oficiais militares a seguir relacionados:

MAJOR QOBM RG 1876866 ROGER NEY LOBO TEIXEIRA – Presidente

CAP QOBM RG 1388915 ANANIAS DE ALBUQUERQUE DO AMARAL – Interrogante e Relator

CAP QOBM RG 1497937 JAYME DE AVIZ BENJÓ – Escrivão

Art. 2º Fica afastado o oficial justificante 1º TEN QOBM RG 2768444 ALLE HEDEN TRINDADE DE SOUZA das suas funções, passando à disposição do Conselho de Justificação, nos termos do art. 130 da Lei nº. 6.833/2006.

Art. 3º O prazo para conclusão do presente procedimento é de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste Decreto, nos termos do art. 133, combinado ao art. 123 da Lei nº. 6.833, de 3 de fevereiro de 2006.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 25 DE NOVEMBRO DE 2010.

ANA JÚLIA DE VASCONCELOS CAREPA

Governadora do Estado

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA

PORTARIA Nº. 1.610/2010-CCG, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010.

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 2.168, de 27 de maio de 1997, e

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº. 957/2010/GS-SEDES, R E S O L V E:

autorizar EUTÁLIA BARBOSA RODRIGUES, Secretária de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social, a viajar a Brasília-DF, no período de 16 a 18 de novembro de 2010, a fim de participar das reuniões do **Fórum Nacional de Secretários de Assistência Social – FINSEAS** e da **Comissão Intergestora Tripartite – CIT/MDS**, devendo responder pelo expediente do Órgão, na ausência da titular, CÁSSIA ROSANA MOREIRA DA SILVA E MARTINS, Secretária-Adjunta.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 25 DE NOVEMBRO DE 2010.

EVERALDO DE SOUZA MARTINS FILHO

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº. 1.611/2010-CCG, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010.

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 2.168, de 27 de maio de 1997, e

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº. 1798/2010 – GS/ DIPLAN/GEPEs,

R E S O L V E:

autorizar MAURÍLIO DE ABREU MONTEIRO, Secretário de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia, a viajar a Brasília-DF, no dia 19 de novembro de 2010, a fim de acompanhar a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado em reuniões na